



Anais da Assembléia

N.º 110

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1980

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (40), achando-se ausentes os Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Nelson Buffara, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Mário Celso, Nelton Friedrich, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno e Wilson Fortes (17). Em licença, o Senhor Deputado João Elísio.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ART JAN DE GEUS, ocorrido no dia de ontem, em Carambei, Distrito de Castro.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem PÉRICLES SALVALAGGIO, ocorrido no dia 20 próximo passado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1980.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor da SUCEPAR, o urgente apelo dos proprietários de imóveis urbanos e da população em geral, no sentido de que sejam realizadas obras de contenção da erosão, já bem adiantada, na cidade de Altônia, Jardim Panorama.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1980.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que toda a região do Noroeste paranaense, contém o chamado arenito de cauiá. A desmatagem descontrolada, enseja com maior facilidade, o trabalho da erosão das forças eólicas e o trabalho de corrosão das grandes enxurradas.

Em consequência, avultam os prejuízos para a agricultura e para a pecuária, porque a ação destrutiva daqueles elementos naturais contribui para o arrastamento das sementes e do adubo colocados na terra, como contribui para o maior ressecamento do solo. Os valetões vão se aprofundando cada vez mais, e se o processo de erosão não for imediatamente interrompido, será total a perda da terra.

Há recursos materiais para o combate à erosão. Existe já a conscientização do povo para o debelamento desse grande mal.

Assim, pois, procede o nosso apelo em favor do combate local da erosão do Jardim Panorama, na Cidade de Altônia, e em vista do benefício que as obras irão prestar à população, temos certeza de que o nosso requerimento será apoiado pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, primeiro orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Revolução de 1930, teve um conteúdo de definição do processo social brasileiro, pois consagrava, naquele instante, a redefinição dos eixos decisórios do País, tentando uma redefinição desses eixos, quando todas as grandes questões nacionais eram definidas e debatidas em cima da grande estrutura econômica latifundiária brasileira.

A partir de 1930, observamos uma supremacia de um capitalismo nacional, atrelado a interesses nacionais mais emergentes, a partir da urbanização do País, que então se iniciava a passos lentos.

É foi dentro da estrutura da Revolução de 1930, Sr. Presidente, que se estabeleceram as bases legais e que perduram até hoje, da estrutura sindical brasileira.

Mas é preciso também, Srs. Deputados, que tenhamos em mente uma visão histórica do processo social mundial, que se observara no mundo todo, na década de 1930: era a fase de uma verdadeira histeria coletiva, de dezenas de países influenciados e uma verdadeira quantidade deles, dominados por regimes de orientação fascista.

Assim era Portugal com Salazar, a Espanha com o Generalíssimo Franco, a Alemanha com Adolf Hitler, a Itália com Benito Mussolini, e a América Latina feito verdadeiro quintal horti-granjeiro do imperialismo norte-americano, então emergente e triunfante; a África e a Ásia, condomínios geográficos da Grã-Bretanha, da França, e de outras potências intermediárias européias.

Nesse contexto, Srs. Deputados, aplica-se no Brasil, a estrutura básica da nossa vida sindical, baseada fundamentalmente, na "carta per lavoro", do fascismo italiano.

Entretanto, a partir de setembro de 1946, com a Constituição dita liberal de 46, tivemos no pós-guerra, o aparecimento das forças sociais novas neste País.

Mas também, Sr. Presidente, assistimos, a partir daí, um atrelamento mais decisivo do nosso Poder decisório ao grande poder decisório internacional e, conseqüentemente, estabelecia-se neste País um modelo social de desenvolvimento que teria, necessariamente, que caminhar para o quadro social em que estamos hoje.

No momento em que, sobre um país eminentemente agrícola, continental nas suas dimensões, atlântico no seu desenvolvimento social, amazônico e interior continental, na exploração de seus recursos básicos, enquanto era de se esperar a abertura de novas fronteiras para o Oeste, assistiu-se isto sim, a uma nova definição de eixos demográficos.

E, os nossos campos, que poderiam fornecer mão-de-obra e tecnologia para uma verdadeira abertura rumo ao Oeste, como o café mostrou ao Brasil, a partir de 1872, que entrando pelo Vale da Paraíba, conquistando, finalmente, os planaltos paulistas e o planalto norte paranaense.

Entretanto, esse eixo se desvirtua e os nossos camponeses vão tentar nos grandes centros urbanos, num processo muito terceiro mundista de urbanização, um mercado de trabalho que esse modelo econômico determinava, dentro de um modelo social, para a busca de melhores dias e conquista de um lugar, na faixa consumista, dentro do modelo que então se preconizava para o País.

A Instrução número 113, da então SUMOC, Sr. Presidente, ao permitir que parques obsoletos industriais de países altamente desenvolvidos, pudessem ser trazidos para o País, como forma efetiva de investimento de capital, foi uma das grandes causas aparentes da industrialização maciça do triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

E com isso também, Srs. Deputados, novas necessidades e novos anseios foram abertos no seio do nosso povo.

Essas necessidades e anseios, estabeleceram também, evidentemente, atritos sociais.

E o Movimento Militar de 1.º de abril de 1964, implantado neste País, para redefinir — segundo sua ideologia dominante — para impedir — segundo seus desejos efetivos — o acesso dessas forças emergentes ao processo social brasileiro, estabeleceu uma série de contrastes e contradições num país jovem, num país que, tendo muito pela frente, entretanto, não foi capaz de absorver este fluxo dos campos para a cidade.

E foi, isto sim, capaz de esmagar, de oprimir aqueles que já estando na cidade, foram jogados nos anéis da marginalização da pobreza e da miséria.

E é evidente, Srs. Deputados, que esta marginalização não poderia ser feita se, ao lado de um aparelho ideológico montado pelas armas, mantido pela força, pela repressão, pelo arbítrio e pela violência, não houvesse também uma estrutura de poder que permitisse a concentração de privilégios em torno de uma elite que, por sê-lo, é absolutamente minoritária.

Assim, a estrutura sindical depois de 1964, passou a ser controlada rigidamente pelo instamento militar que, durante dezessete anos, está mantendo no Poder os interesses econômicos multinacionais e de uma elite engajada e servil a esses interesses.

Assim foi a Lei de Segurança Nacional, assim foi a forma de se contornar uma situação econômica difícil mas, construída nas costas e nos ombros das classes trabalhadoras brasileiras.

Quem não se lembra, Sr. Presidente, Srs. Deputados,

da famosa expressão do "arrocho salarial"? Era em cima do trabalho que se procurava a solução dos problemas econômicos brasileiros; a autocracia dominante tinha dois componentes diante de si, para a solução da grave crise econômica por que passava o País; a inflação então absurda, de 89 por cento ao ano.

De um lado, o capital, este, altamente comprometido com os que fizeram o 1964; de outro lado, a força do trabalho, esta, marginalizada e sofrendo na carne os efeitos de 64; e a partir daí criou-se uma estrutura, de se transformar os sindicatos, não em órgãos representativos de classe, mas sim em apêndices do Ministério da Previdência Social, a fazer com que eles fossem muito mais clubes de serviços, clubes de recreação, trampolins para que um ou outro indivíduo provindo das classes trabalhadoras, pudesse se assentar à margem dos banquetes dos privilegiados, mas eles, sindicatos, deixaram de representar, efetivamente, os interesses da classe trabalhadora.

E pareceu-me muito claro que, entre o capital e o trabalho, 64 escolheu o trabalho, como a forma de servir de alavanca para resolver os problemas econômicos da Nação.

Daí o "arrocho salarial", daí os cálculos do DIEESE que, se fossem observados os índices do salário-mínimo de 1.º de abril de 1964, Sr. Presidente, se fossem ser seguidos os parâmetros que Getúlio Vargas utilizou para a definição do salário-mínimo que eram as necessidades básicas e fundamentais de um gari trabalhando no Rio de Janeiro de 1943, hoje, em 1980, seguindo esses parâmetros, o trabalhador deveria ter, para a satisfação das suas necessidades básicas, uma remuneração de Cr\$ 12.000,00 mensais; recebe, entretanto, 1/3 disto.

Sr. Presidente, 64 apresentava uma paisagem dentro do processo da sociedade industrial brasileira muito diferente do que apresenta 80, porque, esta indústria, dirigida exatamente para uma elite privilegiada deste País, não atende às necessidades nacionais, não atende aos interesses do povo brasileiro. Ela pretende, isto sim, pela sua sofisticação, atender às necessidades consumistas de uma elite e de uma classe média alta. Mas que, definitivamente, não melhora em nada, as condições de vida do povo brasileiro, e também não amplia em nada as perspectivas do Brasil como Nação.

Daí entender-se o porquê da existência de 43 milhões de marginalizados dentro do próprio Brasil, oferecendo no panorama mundial, uma das maiores migrações internas, que qualquer país já pode observar.

Mas se eu dizia, Sr. Presidente, que a classe trabalhadora teve por 64 as suas costas sobrecarregadas com o "arrocho salarial", com condições infra-humanas de vida, com os seus ombros achatados pela falta de perspectiva e com sua cabeça curvada; porque hoje, o pai de família não sabe o que vai acontecer amanhã.

Mas, apesar de tudo, nada acontece na história sem que tenha havido antes, um agente de eficiência histórica comprovada. Nada na história acontece por acaso, Sr. Presidente. A história é uma sucessão de causa e efeito; não se repete, não tem ciclos repetitivos, ela tem, isto sim, causas definidas que provocam fatos sociais concretos, que por sua vez, geram efeitos, cuja solução e reparação, às vezes, custam mais de uma geração para serem reparados e redefinidos, e colocar o País na sua verdadeira trilha, na sua verdadeira caminhada.

E, quando dizemos que tudo tem causa, a estrutura sindical brasileira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem também uma causa definida; era preciso criar um aparelho repressivo, para conservar e manter as classes trabalhadoras muito mais do que marginalizadas do processo social, servindo como trampolim para que esses privilégios se mantivessem, se perpetuassem e se concentrassem.

Por mais simpática que possa ter sido a figura deste ou daquele Ministro do Trabalho, a fazer o papel de relações

públicas de um sistema autocrático, arbitrário e opressor, ele entretanto era o agente das classes dominantes, com o objetivo efetivo de manter privilégios e, conseqüentemente, manter a classe dominada, fazendo a supremacia do capital sobre o trabalho. Privilegiando o capital, isentando do Imposto de Renda, na remessa de lucros, isentando de impostos em determinados investimentos. Mas oprimindo a classe trabalhadora, através do arrocho salarial, através da não participação efetiva, do esvaziamento dos sindicatos, da emasculação da vida sindical brasileira.

Se todo o fato, Sr. Presidente, tem uma causa, no Paraná as classes trabalhadoras sabem identificar o algoz e o verdugo da sua causa, que de trabalhador e de empresário nada teve, mas teve, isto sim, a qualidade básica e fundamental para fazer parte desta elite dominante, que deve ter sido colega de turma deste ou daquele mandatário do País.

E aí se explica a presença nefasta do General Adalberto Massa, na Delegacia Regional do Trabalho do Paraná. Mas, não se entende que se possa estar num processo de abertura democrática, num processo de liberalização de regime e manter-se durante oito longos anos na chefia de um aparelho que é repressor da classe trabalhadora, um homem acostumado a manobrar com AI-5, a manobrar com Lei de Segurança Nacional, com intervenção, a ameaçar, a fazer da vida sindical do Paraná uma propriedade sua e particular.

Os tempos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são outros. Não porque o General João Baptista de Oliveira Figueiredo queira, por sua vontade, definí-los como outros, mas porque a sociedade civil, nesta nova fase, nesta nova quadra da História brasileira, exige que outro seja o enfoque.

É o mundo todo que está tomando consciência de que a manutenção destes privilégios significará o germe mesmo da destruição da sociedade pela pobreza, pela fome e pela miséria.

Em uma sociedade que nos concentramos nos grandes centros, em uma sociedade que se desenvolve com uma sofisticação tecnológica tão grande, todos, desde o General Presidente da República até o último brasileiro mais humilde, que esteja tentando na selva amazônica uma nova loteria, somos credores deste Estado nos bens fundamentais de consumo. Deles somos credores em habitação, alimentação, saúde, educação, trabalho, e, acima de tudo, na garantia e na perspectiva de dias melhores para nós e nossas famílias.

Então, Sr. Presidente, os tempos são outros.

É preciso também que o Estado do Paraná conheça a nova realidade, e por isso é inadmissível que aqui a coisa continue como estava em 1964, no período de "caça às bruxas".

Tanto são outros os tempos, Sr. Presidente, que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil realizou uma eleição para renovação da sua diretoria, obedecendo toda a parafernália de legislação, de portarias, decretos, instruções e até os caprichos pessoais do Sr. General Adalberto Massa.

A primeira convocação foi feita de 25 a 31 de julho; não se obtendo, como dentro do processo castrador do sindicato brasileiro é normal que não se obtenha número legal de associados presentes.

Mas, na segunda convocação, de 11 a 14 de agosto de 1980, as eleições se realizaram sem quaisquer irregularidades. Não houve nenhuma impugnação com relação a quaisquer candidatos inscritos, quer da chapa 1, quer da chapa 2.

Na primeira convocação, não houve qualquer protesto em nenhuma das seis mesas eleitorais, nem quanto à mesa apuradora. Na segunda convocação, não houve nenhum protesto ou impugnação quanto a qualquer fato do pleito eleitoral.

Em resumo, as eleições transcorreram normal e regularmente, sem qualquer incidente, irregularidade, protesto ou

qualquer ato desta natureza.

É claro que disputavam as eleições duas chapas: a dita número 1, atrelada à estrutura continuista do General Massa; a número dois, dita de Oposição Sindical, mas representando o pensamento livre daqueles que operam na construção civil.

Os tempos são outros, Sr. Presidente. A Chapa Dois saiu-se vitoriosa no pleito, obtendo a maioria consagrada dos votos; foi proclamada eleita, pela mesa apuradora; os impetrantes, são todos componentes da chapa; não houve qualquer protesto nem impugnação quanto aos trabalhos da mesa apuradora; não se observou qualquer tipo de irregularidade nas mesas eleitorais, coletoras e apuradoras; qualquer tipo de irregularidade na ata da mesa coletora número 4, e nas listas eleitorais, qualquer tipo de ostensivos aliciamentos de votos nas mesas coletoras; qualquer tipo de irregularidade na condição profissional dos candidatos.

Sr. Presidente, peço a palavra no horário da Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Vossa Excelência passa a falar no horário da Liderança do PMDB.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte? O SR. RENATO BERNARDI — Já darei.

Entretanto, Sr. Presidente, no último dia, a chapa perdora apresenta um recurso que, se apresentado para uma Delegacia Regional do Trabalho isenta, realmente preocupada com a livre manifestação sindical dos trabalhadores, seria motivo de chacota, seria ridículo este recurso, e não poderia ser aceito.

Mas, como foi feito este recurso, de acordo com o próprio esquema da Delegacia Regional do Trabalho, ele de pleno foi aceito.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Renato Bernardi, Vossa Excelência traz a notícia das eleições do Sindicato da Construção Civil, dos trabalhadores da construção civil e o desdobramento, após a vitória da Chapa da Oposição.

Vossa Excelência também, na introdução do seu discurso, deu o entendimento do regime montado a partir de 1964, e as providências tomadas no campo, para que esse regime pudesse prosperar.

Gostaria de fazer um reparo ao pronunciamento de Vossa Excelência, quando falou em Ministério do Trabalho. Acho que, efetivamente, a partir de 1964, o que não houve foi Ministério do Trabalho. Ele ficou no nome, mas passou a operar como ministério do capital.

Porque, efetivamente, percebemos na prática que isso acontece. Quando, por exemplo, o Ministro do Trabalho foi a São Paulo, dialogar com os metalúrgicos, vimos que ali estava um homem preocupado em atacar o trabalhador, em atacar os sindicalistas, em contrariar as pretensões dos sindicalistas e favorecer sempre os patrões, a grande empresa e o capital.

Então, entendo que, efetivamente, hoje no Brasil, embora se denomine Ministério do Trabalho, na realidade o que se tem é o ministério do capital.

Quanto ao problema da intervenção do sindicato, aqui em Curitiba, é um expediente a mais que o regime tem usado. Este regime, para ganhar eleições no Rio Grande do Sul, cassou o número suficiente de Deputados — Vossa Excelência está lembrado? — até o número necessário em que, na oportunidade, a ARENA tivesse maioria — numa eleição indireta.

Este regime, para ganhar eleições, suprimiu a livre liberdade de informações entre os eleitores.

E, para preservar-se no poder, não deixou realizar eleições.

Então, quando assistimos aqui em Curitiba, realização de uma assembléia, em um sindicato, em que pela primeira vez aparece uma chama de oposição, passamos a entender que este

Governo está vendo a Oposição que nasce e brota em todos os setores, agora, como a Oposição que era desempenhada antes apenas pelo MDB.

É o prolongamento e a extensão da Oposição que nasce em todos os setores que precisa ser aniquilada, que precisa ser exterminada.

E nesse intuito de impedir que a Oposição, efetivamente, passe a participar, dar a sua colaboração para mudar este regime, a situação usa de todos os expedientes.

E não admira que, nesta oportunidade, seja usado o General Massa, porque, lamentavelmente, com raras exceções, homens deste regime, todos eles — com raras exceções — Devem ser despersonalizados para fazerem o jogo do Governo, para fazerem o jogo dos que estão dominando a situação.

Homens que não podem, em absoluto, seguirem a princípios, quer morais, quer políticos, ou até critérios meramente administrativos.

Então, me congratulo com Vossa Excelência, quando vem, na condição de Líder de nosso Partido, fazer essa denúncia, e interpelar a este Governo para tirarmos a conclusão lógica, se, efetivamente, durante a realização das eleições, os interessados diretos, que foi a chapa perdedora, em um só momento, protestaram contra a legalidade e contra a honestidade do pleito, como pode, "a posteriori", depois da realização das eleições, um Delegado do Trabalho vir inquirir a eleição, a ponto de decretar a intervenção nesse sindicato?

Porque, Sr. Deputado Renato Bernardi, se a acusação é de aliciamento de eleitores, e diz, eu conheço a Justificativa de Intervenção, é de que os eleitores estavam sendo aliciados na fila de votação.

Ora, eu pergunto: qual a condição que as chapas tinham de fazerem a sua campanha? Ou será que se decretou eleição neste País em que se proíba até campanha? Já se fez eleição proibindo-se a campanha pelo rádio e pela televisão, mas será que agora se quer fazer eleições neste País em que o candidato esteja impedido até do contato pessoal com o eleitor? Então aí, na realidade, será o caos e o fim do mundo.

Por isto, congratulo-me com Vossa Excelência, que vem fazer esta denúncia, e acho que esta Assembléia não pode ficar omissa à gravidade desta intervenção, porque na realidade é um capricho pessoal do Delegado do Trabalho do Paraná.

Durante a realização da greve da construção civil, o povo de Curitiba assistiu, em plena via pública, na frente do Sindicato da Construção Civil, a Diretoria do Sindicato ser protegida pela Polícia Militar, porque os próprios sindicalizados, os homens que trabalhavam na construção civil, viajavam e foram os primeiros a serem contra a direção pelega que faz e sempre fez o jogo do capital.

Por isto, Deputado Renato Bernardi, aqui no Paraná, é mais uma evidência de que, graças a Deus, a Oposição hoje não se faz apenas nos Partidos Políticos, ela está se fazendo, em todos os segmentos da sociedade, e passe dia, passe noite, haverá o momento em que todos os brasileiros, juntos, derubarão toda esta estrutura montada, que é uma estrutura evidentemente contra o trabalho, em favor do capital.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e em resposta a ele: veja só, como foi efetivamente uma "tramóia" de gabinete, e de Gabinete da Delegacia Regional do Trabalho e do Delegado, porque as pessoas designadas para a coleta de votos, o foram pelo próprio Delegado Regional do Trabalho, e segundo os comprovantes, são pessoas idôneas, indicadas pelo próprio Presidente do Sindicato.

Ora, o Presidente do Sindicato é candidato à reeleição pela Chapa Um, portanto, sua indicação de pessoas idôneas, ratificadas pelo General Massa, pessoalmente, deixa claro que os componentes das mesas coletoras não permitiram, e por isto,

nada consta em Ata, qualquer aliciamento ou qualquer outro fato irregular.

Ocorre, Sr. Deputado Nilso Squarezi, que o General Massa, acostumado a pressionar, a oprimir, a ameaçar, a intervir, jamais — jamais — acreditaria que humildes pedreiros do Paraná, fossem desmanchar parte do seu alicerce pessoal, então ele ficava tranqüilamente na certeza e na convicção de que reelegeria mais uma Diretoria pelega de mais um Sindicato, para lhe fazer um tapete para sua vaidade pessoal. Jamais imaginaria ele, que faz tanta questão de mostrar o brilho das suas estrelas, embora já esteja na aposentadoria há muito tempo, jamais imaginaria que humildes trabalhadores da construção civil seriam os primeiros a descobrir que este ídolo não tem, nas palavras bíblicas, apenas os "pés de barro". Derrubado o seu interior, espalharia pelo Paraná substâncias insuportáveis para a nossa população.

Em razão disso, Sr. Presidente, independente da apreciação do nobre Plenário desta Casa, para se evitarem cenas vexatórias de três anos atrás, quando um Parlamentar governista tentou as congratulações da Casa pelo quinquênio de permanência desta figura estranha ao trabalho, estranha aos interesses populares, mas atrelado ao capital, à elite e ao privilégio, deveria receber um voto de congratulações pelo seu quinto aniversário de permanência à frente da Delegacia Regional do Trabalho.

E nunca, um homenageado saiu tão criticado.

E, em razão disso, Sr. Presidente, na qualidade de Líder da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, acabamos de enviar o seguinte telex, ao Excelentíssimo Sr. Murilo Macedo, Ministro do Trabalho:

(Lê): "Fiel ao princípio de defesa da liberdade e autonomia sindical, a Bancada estadual do PMDB--PR. manifesta a Vossa Excelência seu repúdio à intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Curitiba

Sendo esta mais uma manifestação arbitrária do Delegado Adalberto Massa, que vem caracterizando sua gestão por atos deste tipo, com a cassação de candidatos ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Paraná, é evidente o alinhamento do Delegado do Trabalho, entre aqueles que optaram pela violência e a prática constante do arbítrio contra os movimentos autônomos dos trabalhadores.

Justifica-se, portanto, nossa reivindicação, aliás, uma exigência da sociedade civil do Paraná, de que o afastamento do General Adalberto Massa é absolutamente necessário para assegurar o clima de tranqüilidade no Estado e garantir a participação democrática dos trabalhadores nos seus sindicatos.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Vossa Excelência tem um minuto para concluir

O SR. RENATO BERNARDI — Lamento, companheiros que me solicitaram a palavra.

O Sr. Nilso Squarezi — Eu só gostaria de deixar consignado à Casa, um detalhe que acho de gravidade fundamental. É o seguinte, a intervenção foi consumada, nomeando-se como interventores dois elementos que pertenciam à chapa perdedora.

Veja Vossa Excelência, que na prática, com a caneta, o Delegado conseguiu ganhar as eleições. Porque perderam a eleição no voto livre entre a classe, no Sindicato e na intervenção, ele nomeou como interventores os que perderam a eleição.

Isto é um cúmulo, uma vergonha, é o caso de polícia em cima desse general.

O SR. RENATO BERNARDI — Concluo, agradecendo a atenção dos nobres Pares, a colaboração do aparte e peço desculpas àqueles que me solicitaram e não foi possível, como o caso dos Deputados Fiori Luiz, Deni Schwartz, Lineu Turra, Gernote Kirinus e outros Companheiros de Plenário.

Mas, dizendo que o ídolo que está aí, não tem apenas os "pés de barro", e a lama que derruba e derrubará sobre o Paraná, fazem com que se torne obrigatória a sua saída, não só da Delegacia Regional do Trabalho, mas de qualquer outra atividade pública que envolva os interesses da classe trabalhadora do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa registra, com satisfação, a presença do Vereador Gentil Jacomin, da cidade de Chopinzinho.

Consulto a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário reservado.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PP, se deseja fazer uso do horário reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão da última sexta-feira desta Casa Legislativa, a decisão do pedido de informações, de nossa autoria, acabou sendo anulada.

Uma vez que tal decisão havia dado, por 16 votos contra 15, como aprovado o pedido que levaria a Secretaria da Saúde, através de seu titular, a responder às indagações que um representante do povo pode fazer.

Nada resolveu que se fizesse um apelo, lembrando que "quem não deve, não teme".

O fato é que a bancada governista conseguiu livrar o Secretário de prestar as informações pedidas. Neste diapasão, os narcisistas vão continuar gastando o dinheiro do povo: de um lado, muita gente de barriga vazia; do outro, as fotografias dos figurões seguidas dos elogios, em forma de matéria paga, com dinheiro do povo.

Naquela mesma sessão pude, da tribuna, fazer algumas alusões à sistemática da bancada governista, em recusar permanentemente, os pedidos de informações dos Deputados, e naquela ocasião, disse aqui da tribuna e repito: devo confessar que já há algum tempo, tenho comigo vários xerox de notas fiscais expedidas por compras da Secretaria de Saúde Pública e Bem Estar Social, cujas notas fiscais, cujos xerox, pretendia juntar num pedido de informações à Secretaria de Saúde, para saber se era verdade, se havia feito aquelas compras, se aquela mordomia era real. Mas não o fiz para que não fosse, naquela ocasião, interpretado como homem que pretendia fazer qualquer campanha aqui contra o Sr. Secretário da Saúde.

Disse logo a seguir, e devo dizer, Srs. Deputados, que estas notas fiscais nos dão conta de que a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, entre outras coisas importantes, pelo menos é o que as notas fiscais registram, ela vem comprando carne de caranguejo em lata, marisco, salmão, amêndoas, cerejas, baldes para whisky.

Fiquei petrificado, porque, isto sim, para mim, já não é nem mordomia, quase invade as raízes da corrupção.

Disse, para concluir, Srs. Deputados, o que está acontecendo, não adianta juntar xerox destas notas fiscais e pedir informações ao Secretário, porque vai acontecer o que tem acontecido sempre, o pedido de informações não passa; simplesmente é rejeitado.

Fiz um apelo aos Companheiros da Oposição, e já recebi o apoio das bancadas do PMDB, do PTB, e haveremos, através de uma CPI, saber a verdade, torcendo talvez até para que alguma coisa esteja errada, que as notas sejam frias, que através de exames grafotécnicos se prove que não foram assinadas pela firma.

Mas, pelo amor de Deus, não vamos chegar ao final que espero não aconteça, que isto esteja acontecendo numa Secretaria, vejam vem, da Saúde e Bem Estar Social do Paraná". E concluí dizendo: "Voltarei ao assunto na próxima semana".

Estas são as notas taquigráficas do meu pronunciamento

da sexta-feira, e sobre o qual então, vou falar.

Recebo hoje, as notas taquigráficas do pronunciamento feito ontem, pelo Sr. Deputado Airton Cordeiro, felizmente presente em plenário.

Já no princípio de sua fala, o Deputado falta com a verdade, ao afirmar que não falei em plenário, mas que falei à imprensa. As referências que fiz, foram na tribuna, e por esta razão o repórter, ao final da sessão, veio entrevistar-me, e eu li as notas taquigráficas. Não sei se correspondem à verdade...

Começou pecando o Deputado Airton Cordeiro, certamente movido pela ânsia, nervosa até, de poder prestar um serviço ao seu particular amigo, Secretário da Saúde. Sua Excelência, logo a seguir, faz menção à nota publicada pelo "Estado do Paraná", e leu o seguinte trecho: "Para que é que a Secretaria precisa de carne de caranguejo enlatada, cereja em calda, caviar, caros baldes de gelo, litros de whisky estrangeiro, vinhos importados, indagou, assinando com várias notas fiscais".

E diz o Deputado Airton Cordeiro, ou melhor, dizia "que o Deputado logo a seguir, traria xerox das notas fiscais que este Deputado ameaçou trazer e não trouxe".

Parece que li, no meu pronunciamento, em instante algum ameacei trazer notas fiscais, ameacei de trazer xerox de notas fiscais.

Desejo confessar que as posições do Deputado defensor do Secretário, começam a ficar estranhas. A nota publicada no "Estado do Paraná", é clara. Logo após o trecho lido pelo Deputado Airton Cordeiro, consta a ressalva, nos seguintes termos: "Vejam bem, ninguém está acusando ninguém de nada. Estamos apenas querendo saber se a Secretaria reconhece estas notas fiscais ou não, e se há alguma veracidade nas denúncias".

Ora, Srs. Deputados, se a bancada governista não nos permite obter informações através do meio legal, que é o pedido de informações, como deveríamos proceder?

Estamos exercendo o nosso direito de fiscalizar os atos do Executivo, que deveria, isto sim, franquear todos os pedidos de informação. As expressões, pouco felizes, ou talvez, um pouco afobadas, do Deputado, de que nós ameaçamos trazer o xerox das notas fiscais e não trouxemos, em última análise, podem ser incluídas no rol das piadinhas parlamentares.

Alegamos, isto sim, possuir uma série de xerox de notas fiscais, que juntaríamos para constituição da CPI, e destas mesmas notas fiscais, distribuimos xerox aos Deputados que nos pediram, pois o fato é público.

E tudo aconteceu na sexta-feira.

Segunda-feira, estivemos no Norte do Paraná, e ontem, um dia após, ocorria aqui o tal pronunciamento.

Voltamos assim, na mesma tecla: a negativa sistemática aos pedidos de informações feitos pela Oposição, só podem conduzir a fatos dessa natureza, não obstante a discordância do Parlamentar, que continua a entender que nosso posicionamento em relação ao Secretário da Saúde tem origem política e pessoal; Sua Excelência, contudo, continua a merecer nossa simpatia, por ter usado uma linguagem respeitosa à nossa pessoa, e quando da nossa ausência.

Quanto às explicações dadas pelo Sr. Deputado, reconhecendo que as compras foram feitas, indevidamente, por uma funcionária da Secretaria da Saúde, cuja funcionária foi exonerada, já servem para confirmar que as notas fiscais não eram frias, e que uma irregularidade havia.

Infelizmente, não conseguimos arrumar uma bola de cristal para chegar a essas informações, e poderíamos a ela chegar, se exercêssemos, em sua plenitude, o poder de fiscalização que nos é conferido, nesta Casa.

Sua Excelência fez menção, em seu pronunciamento, ao Decreto número 1049, do dia 04 de setembro de 1979,

publicado no Diário Oficial número 627, de 05 de setembro de 1979, — já pesquisamos e encontramos o decreto, que diz o seguinte:

“O Governador do Estado do Paraná, resolve nomear, de acordo com o Art. 24, item 3º, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, MOACIR MENDES SANCHES — Moacir Mendes Sanches é um político de Londrina, moço que reside naquela cidade e que, nessas condições, foi nomeado para vir exercer uma função na Secretaria da Saúde — para exercer em Comissão, o Cargo de Assistente, Símbolo 3-C, da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, ficando exonerada Zuleica Miranda Borba”.

Tentei, junto à Secretaria, através de seus assessores — evidentemente não denunciando de onde partira a solicitação — saber quais as razões porque Dona Zuleira havia saído para entrar o Sr. Moacir Mendes Sanches.

A informação, pelo menos verbal, pelo telefone, é de que nada consta, não se sabe porquê. Mas, na verdade, esse decreto, como foi lido e publicado, não elucida se houve algum processo — isso é importante — contra quem, desempenhando cargo em comissão, no Gabinete do Sr. Secretário da Saúde, e que trabalhava já com o Sr. Secretário antes de vir para a Secretaria, não explica se houve algum processo que talvez precisássemos saber a respeito dele.

Não explica também, se realmente essas carnes de caranguejo foram comidas por alguém, se a firma cedeu, ou se existe apenas uma sequência de notas frias.

É por esta razão, Srs. Deputados, que quero posicionar e deixar bem claro que eu, em momento algum, como pelo menos pude sentir na leitura lamentável do pronunciamento do Sr. Deputado Airtton Cordeiro, apesar de ser respeitoso e educado, mas dando sentido de que eu simplesmente fiz uma denúncia.

Não, chegaram-me xerox de compras desta natureza, pela Secretaria de Saúde.

Se nós, Deputados Estaduais, temos a possibilidade, o dever da fiscalização, se podemos nos utilizar daquele pedido de informações, saber se os fatos são reais ou não, não tenho obrigação de bater à porta da Secretaria de Saúde para saber, quando tenho um documento dessa natureza, em mãos. Mas, sistematicamente, a Oposição tem seus pedidos de informações negados.

Agora, não posso admitir que a simples apresentação, ou a simples alusão a esses fatos, possa — pelo amor de Deus — representar que tivéssemos agido com qualquer tipo de leviandade.

Não vou aceitar. Não disse, em momento algum, não fiz ameaças que iria trazer xerox. Não. Tenho convicção até de que os xerox que chegaram às mãos do Sr. Deputado, são cópias dos nossos, de tantos xerox que distribuí a muitos Srs. Deputados, porque, pelo menos juntos, vamos chegar a uma conclusão. Somos os Representantes do povo.

Agora, não é possível que se pretenda, quando se tenta negar uma informação, quando não se pretende contar as verdades, quando se foge de toda e qualquer informação que se deva. Afinal de contas, o que estamos fazendo nesta Casa? Onde está o nosso poder? Onde está a representação do Deputado Estadual? Se aqui, nós, estamos nos castrando, não permitindo que possamos chegar pelo menos ao poder fiscalizatório, alguma coisa que nos resta.

Porque, o Governo honrado, que não tem problemas, que conhece toda sua equipe, deve ter condições quando vê qualquer dúvida ser levantada, o próprio Governo deveria ele vir e prestar as informações, para provar a decência, para evitar que continuemos caminhando por esta mesma senda, por estes mesmos caminhos.

Esta, a razão do meu pronunciamento.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado Dácio Leonel, inicialmente agradeço esta oportunidade que Vossa Excelência me dá, porque foi muito oportuno este esclarecimento na tarde de hoje, com referência a essas notas fiscais da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, porque, após os lamentáveis fatos ocorridos na última sexta-feira, quando aqui nesta Casa se perpetuou na prática, efetivamente, aquilo que o eminente Ditador Geisel falou em 1977, de uma ditadura da minoria que, queria subverter a ordem em 1977, quando ele fechou o Congresso Nacional; aqui, na última sexta-feira, a minoria estava presente, e que embora seja maioria nesta Casa de Deputados, mas naquela oportunidade era minoria, e impôs uma ditadura aqui, derrubando uma votação legítima e já programada pela Presidência desta Casa, de um requerimento de Vossa Excelência.

Naquela oportunidade, dizia eu que nós podíamos até impugnar o voto do eminente Deputado Airtton Cordeiro, por ele não estar trajado de acordo com a tradição deste Parlamento, e de todos os Parlamntos brasileiros, que é o uso da gravata.

Agora, Sua Excelência, naquela oportunidade, quis mudar a coisa, perguntando o que nós entendíamos por se trajar decentemente. Nós, em absoluto, fizemos a colocação com referência a isto, ou seja, se a pessoa estava ou não, trajada decentemente.

Trajadas decentemente, até as “chacretes” do Chacrinha estão, dependendo da ótica com que se olhe. Sua Excelência, na tarde de ontem, tentou falar em dignidade, em honra que não a tínhamos.

É curioso alguém tentar julgar a dignidade e a honradez de alguém, como de conta que prerrogativa Sua Excelência tivesse naquela oportunidade.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, pela ordem.

O artigo 98. O Deputado Darcy Deitos falta com a verdade, Sr. Presidente.

O Sr. Darcy Deitos — Absolutamente. Tanto não faltei com a verdade que estou aqui, com as notas taquigráficas.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu gostaria, Sr. Presidente, que fossem consultadas as notas taquigráficas, que sequer Sua Excelência interrompeu o nosso pronunciamento na tarde de ontem.

O Sr. Darcy Deitos — Não vamos torcer os fatos.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Deputado Airtton Cordeiro, a Questão de Ordem de Vossa Excelência não procede.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado.

O Sr. Darcy Deitos — Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Deputado Dácio Leonel, que se encontra na tribuna, Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DÁCIO LEONEL — Devolvo a palavra ao Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Dizia eu, Deputado Dácio Leonel, que, julgar a dignidade e a honradez de alguém, é uma coisa muito séria, acho que ninguém tem prerrogativa de falar se tal pessoa tem ou não, dignidade ou honradez. Primeiro, é preciso se olhar internamente, para ver se tem condições para tal, para julgar a honradez de alguém.

Agradeço a oportunidade, e o que Vossa Excelência trouxe nesta tarde, com referência a esse decreto, foi muito oportuno, porque existem determinadas pessoas que querem “tapar o sol com a peneira”.

Muito obrigado, Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Obrigado, Deputado, pelo seu aparte, e devo lamentar, Sr. Presidente, eu não acompanhava, porque o Deputado Airtton Cordeiro solicitou-me um aparte,

mas eu havia antes, num aceno feito pelo Deputado Darcy Deitos, quando me havia solicitado aparte antes.

Então eu pretendia, se Vossa Excelência puder me conceder mais um minuto apenas, para eu poder ceder aparte ao Deputado Airton Cordeiro?

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) A Mesa já havia concedido, Deputado Dácio Leonel, lamentavelmente não há condição de lhe conceder mais um minuto.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado, Sr. Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Devo, inicialmente, dizer ao Deputado Dácio Leonel, particularmente, que a preocupação deste Deputado ao trazer a matéria a esta Casa na sessão de ontem, foi fundamentalmente esclarecer a Sua Excelência e à Casa, e dissipar dúvidas.

As dúvidas foram semeadas, colocadas e atiradas perante os Srs. Parlamentares e o povo do Paraná.

O Sr. **Erondy Silvério** — Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento).

Não quero interromper Vossa Excelência, mas é nesse momento oportuno que devo dizer que as pessoas fazem as acusações, ameaçam com CPIs, e tão logo atingidas, através de Vossa Excelência, trazem um cabal desmentindo às acusações que porventura se tentaram fazer à providade administrativa do Secretário de Saúde, as pessoas se enraivecem, simplesmente pelo fato que nós trouxemos documentos comprobatórios, provando que eram falsas as pretensas acusações que se pretenderam imputar ao Secretário de Saúde Pública e Bem Estar Social, na última semana, pelo Deputado que ocupou a tribuna há poucos instantes.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço o aparte do Deputado Erondy Silvério, Líder do nosso Partido e que, seguramente, tem conhecimento de toda a extensão verdadeira dos fatos.

Continuando, Sr. Presidente, nos preocupamos, Deputado Dácio Leonel, em trazer informações à Casa, porque, afinal, imagino que todos os Deputados estivessem com a consciência de que as afirmações feitas por Vossa Excelência da tribuna, e através da imprensa, fossem o teor exato da verdade.

E, como Vossa Excelência não se manifestou, no sentido de provar que suas palavras eram realmente verdadeiras, nos sentimos no dever parlamentar de trazer a versão verdadeira a esta Casa, simplesmente para não admitirmos, por exclusão, a verdade dos fatos que Vossa Excelência denunciou ou pretendeu denunciar.

E mais, Deputado Dácio Leonel, seguramente, se silenciássemos, estaríamos aceitando as suas verdades como verdades verdadeiras. E quisemos realmente nos manifestar, para reparar esta injustiça.

Estranhávamos, sim, que Vossa Excelência estivesse munido dos xerox, de certas notas fiscais, e não estivesse munido de um recibo apresentado à Secretaria de Estado da Saúde, e que não foi assinado, logo, a dívida não foi reconhecida. Só se paga a dívida quando se reconhece esta dívida, e a Secretaria de Saúde não a reconheceu.

Vossa Excelência estranha mais, que a funcionária Zuleica Miranda Borba foi exonerada, e em sua função, nomeado o cidadão Moacir Mendes Sanches, sem que houvesse um processo administrativo.

Vossa Excelência eu sei, tem noções de Direito Administrativo, e sabe que os cargos em comissão, demissíveis "ad nutum", não há necessidade de processo, Deputado Dácio Leonel.

O Sr. **Dácio Leonel** — Vossa Excelência está fail tando com a

verdade. Não falei em processo administrativo, Deputado. O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência falou em processo, da tribuna, há pouco.

O Sr. **Dácio Leonel** — Falei em processo crime. Processo Crime é uma coisa, Vossa Excelência conhece Direito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Então, me permita Vossa Excelência, mas o Processo Crime neste caso, cabe à casa comercial que foi lesada, e não à Secretaria da Saúde, porque ela não tem do que ser indenizada. A indenização dela, foi um reparo moral pela demissão da funcionária, que não precisava ser processada administrativamente, porque ocupava um cargo de confiança.

E esta confiança é rompida no momento em que há qualquer atitude que desabone a conduta dos funcionários que ocupam cargos em confiança.

Talvez Vossa Excelência possa, na continuidade dos fatos, inclusive tomar conhecimento de uma ação judicial da empresa que foi prejudicada, porque vendeu a alguém que não estava com credencial para comprar.

Então, este era o esclarecimento que gostaria de prestar a Vossa Excelência e à Casa, e creio que todos entenderam o espírito de presença deste Parlamentar na tribuna no dia de ontem, inclusive considerando a denúncia de Vossa Excelência.

Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. **Gabriel Manoel** — Deputado Airton Cordeiro, vimos Vossa Excelência fazendo, não defesa, porque o Secretário de Saúde não precisa de defesa, discernindo um caso que é preciso ser discernido, que é preciso dar nome aos bois.

Se nós temos notas fiscais comprobatórias, o Deputado pode formar uma CPI, pede uma CPI, vamos formar, mas antes disso, temos que ver a origem da denúncia, então, Vossa Excelência conta com o nosso apoio, com o apoio deste Deputado que vos fala, e de nossa bancada, porque talvez, os afoitos, não somos nós, nós apenas, na manhã de sexta-feira, impugnamos uma votação que estava errada. Errar é humano, perdoar é divino, então, se eles estavam errados, nós perdoamos, porque houve falha na votação.

Agora, o problema pessoal, ilustre Deputado, não devemos trazer aqui. O ilustre Deputado que ataca constantemente um Secretário de Saúde, não deve trazer aqui denúncia vazia, deve trazer, isto sim, denúncias com provas, porque o povo do Paraná não pode ser mais ludibriado e enganado com acusações falsas.

As acusações devem partir e devem ser comprovadas. Como ele, tem a dignidade de mandar verificar na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, se as notas são frias ou verdadeiras, deveria ir ao comerciante para saber da origem dessas notas, para pararmos com intrigas, com esses desentendimentos que nada de benefício trazem ao povo do Paraná.

Era o aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Deputado Gabriel Manoel, e tenha a certeza que o aparte de Vossa Excelência vem reforçar um posicionamento que é nosso, de bancada, e que a meu ver deve ser o posicionamento da Casa.

As denúncias, Sr. Presidente, precisam ser fundamentadas; elas têm que ter base legal, as denúncias não podem ser sobre o abstrato, devem ser concretas.

A figura que usou recentemente o Deputado Erondy Silvério aqui, da tribuna, cabe bem. Derrama-se dez litros de água no chão e quando se reconhece, não reconhece mais os dez.

Então, quando a dúvida é lançada, sobre a honorabilidade de alguém, este reparo, nem através de um processo criminal, ocorrerá inteiramente. Porque se maculou o nome de uma pessoa; é o mesmo que darmos cobertura aqui nesta Casa, às cartas anônimas que nos chegam, denunciando homens públicos pertencentes à Oposição, além de uma irresponsabilidade seria uma covardia, no mínimo uma deselegância.

Nós queremos então, um comportamento que seja recíproco, igual, que esteja nivelado por cima e não por baixo, porque o debate rasteiro não nos interessa, os debates rasteiros não interessam a ninguém e também não interessa à Oposição consciente.

O que não se pode realmente permitir, é que em nome de uma oposição sistemática se esteja a causar dano à moral, a pessoas que nada devem.

Tem o aparte o Deputado Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Airtton Cordeiro, eu tenho entendido com o pronunciamento do Deputado Dácio Leonel, que não havia intenção de ofender pessoa alguma, e não vi também no requerimento do Deputado Dácio Leonel, algo pessoal contra o Secretário. É apenas um pedido de informação sobre determinadas notas que : que seriam, apresentadas.

No entanto, aprendi uma grande coisa hoje com Vossa Excelência e com o episódio desse requerimento, aliás, que se repetiu tantas vezes nesta Casa, quando os pedidos de informação são simplesmente negados.

O que aprendi hoje e haverei de utilizar esse aprendizado nos meus próximos requerimentos, é que realmente não devemos fazer mais requerimentos pedindo informações a Secretários de Estado, Governadores e órgãos. Deveremos endereçar estes pedidos de requerimento à própria bancada do PDS, aos anjos de guarda dos deuses tecnocratas deste Estado.

Esta a grande aprendizagem no dia de hoje. Agradeço inclusive por esta luz e esta iluminação.

Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência poderá adotar um outro comportamento, poderá simplesmente fazer uma investigação antes de colocar as denúncias, porque Vossa Excelência há de entender, Deputado Gernote Kirinus, que um requerimento acaba sendo um documento público.

Um requerimento é lido pela Mesa, é apresentado em Plenário. Então, que se insira no nosso Regimento a figura do pedido sigiloso, porque os efeitos morais e estes é que contam na análise da matéria, eles são os mesmos.

Vou mais além neste caso específico. Não gostaria nem de mencionar a informação verbal, que segundo me consta, foi dada anteriormente ao Deputado Dácio Leonel, pelo Chefe de Gabinete do Secretário da Saúde, mas é que o Deputado mencionou a conversa telefônica envolvendo esta funcionária.

A informação que tenho, é que o Deputado Dácio Leonel havia sido informado já há meses, sobre a verdade destes acontecimentos.

O Sr. Dácio Leonel — Que barbaridade. Do senhor eu não poderia esperar isto. Não.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Esta a informação que tenho.

Agora pergunto: como Vossa Excelência vai reparar moralmente a pessoa atingida? De que forma?

O Sr. Dácio Leonel — Retiro-me do plenário. Isto é brincadeira.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É a pergunta que faço, e quero que Vossa Excelência consiga um instrumental para que se permita isso. E devolvo a colocação de Vossa Excelência, fazendo uma indagação: Como é que Vossa Excelência se sentiria, vítima de uma denúncia ou de qualquer investigação que se tornasse pública, sem que Vossa Excelência devesse?

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me concede um aparte? — **(Assentimento)**.

Qualquer pedido de informação, sendo público, também dá ao informante a grande oportunidade, e isto dizia o nobre Deputado Dácio Leonel, de vir à público e dizer a verdade, e com isto tudo estaria resolvido.

Mas, como Vossa Excelência já trouxe esta informação, já trouxe a resposta do pedido de informações, é por isto que

concluí que na próxima vez deveria solicitar o pedido de informação, endereçá-lo não à Secretaria, mas à bancada do PDS.

Esta a minha conclusão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Como queira Vossa Excelência. A nossa bancada é receptiva, está aberta, não tem realmente o que temer, e o que é mais importante, se devêssemos alguma coisa, não estaríamos aqui para o debate com a Oposição.

Não temos o que temer. Reitero o que dissemos ontem, não estamos aqui para dar cobertura a nenhum ato de corrupção, a nenhuma mordomia. Não estamos aqui para dar cobertura a nenhum ato ilícito.

Da mesma forma, não estamos aqui para digerir a injustiça, porque ela não faz bem ao PDS, não faz bem a todos nós.

Este é o posicionamento definitivo.

Quando acho oportuno lembrar novamente este aspecto, a rejeição de pedidos de informação ou requerimentos, Vossa Excelência não pode excluir a possibilidade do comportamento político, da atitude política. Esta é uma Casa eminentemente política. Quantos requerimentos a Oposição formulou só com o caráter político, sabendo que seriam inócuos na prática?

Mas, firmou-se uma posição política. Então, que a Oposição não nos tire o direito de dar a resposta política aos seus requerimentos encaminhados à Mesa.

Vossa Excelência, como democrata que é, e que prega a democracia, sabe que a democracia é o regime das maiorias. Se assim não fosse, ela não seria democracia, porque as minorias são atendidas nas ditaduras, no totalitarismo.

O Sr. Gernote Kirinus — Na última sexta-feira parece que não ocorreu isto, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ocorreu, sim.

Na última sexta-feira, quero louvar agora, porque não tive oportunidade naquela ocasião, a decisão da Presidência da Casa decidiu em estrito cumprimento do Regimento Interno da Casa. Simplesmente isso.

O que ocorreu, é que lamentavelmente a Oposição, ao constatar esta realidade, e quando sentiu que a sua votação, aparentemente majoritária, porque fora dos preceitos regimentais a Oposição não se conformou. E quando a Oposição não se conforma, ela normalmente acaba extrapolando para uma violência verbal que também não é nada compatível com o Parlamento, inclusive faltando com respeito ao Presidente, que é o Presidente de um Poder, e nada mais está acima de nós do que o Poder.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? —

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** Vossa Excelência tem um minuto, Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Dá a impressão, nobre Deputado Airtton Cordeiro, que a Bancada do PDS, forma um enorme biombo, e a gente chega a duvidar do que exista atrás desse biombo, porque há muito medo de se responder pedidos de informações, e isso é triste, nobre Deputado, porque o Paraná continua sendo, e nos parece, uma propriedade particular de uns poucos, um Estado tutelado. E a grande imprensa nacional está certa, quando diz que isto aqui é um bargana.

Infelizmente, é um bargana.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É este o aparte de Vossa Excelência?

Muito obrigado, Sr. Presidente. - **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE — **(Tércio Albuquerque)** Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

O SR. LINEU TURRA – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada nominal 34 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão de consequente deliberação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 26/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA “OS BAMBAS DO ASFALTO”, com sede em Cornélio Procópio. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 43/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA”, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 49/80, oriundo do Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 53/80, (Mens. Govern. nº 50/80), que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e os municípios que especifica, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração no sentido da manutenção, provisão e conservação dos prédios das Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas, das sedes dos referidos municípios. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 50/80, oriundo do Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 56/80, (Mens. Govern. nº 54/80), que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria da Segurança Pública e o Município de NOVA SANTA ROSA, visando a realização e melhoria dos serviços locais da competência do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN. - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 51/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição nº 57/80 (Mens. Govern. nº 56/80), que aprova o Termo de Convênio consubstanciado em Protocolo de Intenções, celebrado entre o Governo do Estado, através de órgãos que especifica, objetivando a realização de estudos conjuntos no sentido do desenvolvimento integrado da Bacia do Rio Ivaí. – **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 108/80, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica o Art. 4º, da Lei nº 230, de 29 de dezembro de 1961 (Cria no Município de Tuneiras do Oeste, o Distrito Administrativo e Judiciário de APARECIDA D'OESTE. Sem pareceres. Em regime de urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 128/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem Governamental nº 55/80), que visa introduzir as alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em regime de urgência. – **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 128/80
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Os cargos que integram as carreiras de Assistente Jurídico, Assistente Técnico Administrativo, Contador e Bibliotecário, constantes da Tabela II, da Lei nº 7178, de 06 de julho de 1979, passam a ter os vencimentos fixados na Tabela I, desta lei.

Art. 2º – Os níveis de vencimentos e número de cargos de provimento efetivo da carreira de Motorista, constantes da Tabela IV, da lei referida no artigo anterior, ficam alterados na forma da Tabela II, desta lei.

Art. 3º – As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Tribunal de Alçada.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TABELA I

SITUAÇÃO ANTERIOR – Lei 7178/79			SITUAÇÃO NOVA			
Nº DE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	SIMBOLOGIA	VALOR
CARGOS						
03	Assistente Jurídico	TA-30	03	Assistente Jurídico	PJ.TA-3	24.000,00
03	Assistente Jurídico	TA-29	03	Assistente Jurídico	PJ.TA-2	22.000,00
04	Assistente Jurídico	TA-28	04	Assistente jurídico	PJ.TA-1	20.000,00
01	Assistente Técnico Administrativo	TA-30	01	Assistente Téc. Administ.	PJ.TA-2	22.000,00
01	Contador	TA-28	01	Contador	PJ.TA-1	20.000,00
01	Bibliotecário	TA-27	01	Bibliotecário	TA-30	13.559,00

TABELA II

SITUAÇÃO ANTERIOR – Lei 7178/79			SITUAÇÃO NOVA		
Nº DE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
CARGOS					
01	Motorista	TA-17	02	Motorista	TA-20
02	Motorista	TA-16	03	Motorista	TA-19
03	Motorista	TA-15	04	Motorista	TA-18

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 128/80

PARECER:

De autoria do Governo do Estado — Mensagem nº 55/80 o projeto em pauta atribui novos vencimentos aos cargos de Assistente Jurídico PJ.TA-1 a 3, Assistente Técnico Administrativo PJ.TA-2, Contador PJ.TA-1 e Bibliotecário TA-30, assim como aos cargos de Motorista TA-18 a 20, a estes também conferindo nova quantidade, tudo nos termos dos Arts. 1.º e 2.º.

O projeto de lei está amparado por criteriosos estudos realizados pelos órgãos da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, bem como na necessidade de atender ao significativo aumento das atribuições decorrente da legislação federal e estadual há pouco editada, razões que nos convencem plenamente da oportunidade da iniciativa governamental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1980.

(a) Jurandir Messias, Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 128/80

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 55/80, introduzindo alterações que especifica, no Quadro de Pessoal da da Secretaria do Tribunal de Alçada.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer constante do processo, opinando favoravelmente à sua aprovação.

Analisando o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que a previsão orçamentária se encontra perfeitamente definida, não havendo, portanto, qualquer óbice que possa impedir financeiramente, a sua aprovação.

Com isso, o nosso parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1980.

(aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Péricles Salvalaggio, ocorrido nesta Capital.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Art Jan de Geus, ocorrido em Carambei, Castro.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, consubstanciado em pedido de informações referente à publicação de matéria promocional em jornais. Em votação. Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, desejamos fazer um registro para os Anais da Casa, porque constantemente, alguns Deputados da Oposição acusam a bancada governista de omissão, por se retirar do Plenário em determinadas votações.

Então hoje, queremos consignar aqui a retirada da Ban-

cada da Oposição, do plenário, para não ver rejeitado um requerimento de um de seus Membros.

Embora reconheçamos ser este um direito que assiste, uma manobra perfeitamente regimental, apenas queremos deixar consignada essa atitude da bancada da Oposição.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que a interferência do ilustre Líder do PDS, data vênica, é inoportuna...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Esse é o pensamento de Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência é campeão em dar rabo de arraia na verdade.

(soam os tímpanos).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência faz uma intervenção cretina e burra, no que Vossa Excelência é campeão.

Estou começando a perder o respeito por Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência é campeão nisso.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa vai proceder a verificação de votação, e solicita dos Srs. Deputados que tomem assento em seus devidos lugares.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que é válida a interferência do Deputado Lineu Turra, como também é válida a nossa. Então, Sr. Presidente, é válida a interferência de todos.

"Cada terra com seu uso, e cada roca com seu fuso", "manda quem pode, obedece quem precisa".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINEU TURRA — Exatamente. Eu não quis ofender o

Deputado Erondy Silvério, com quem sempre mantive um relacionamento muito cordial nesta Casa. Em absoluto. Apenas estou revidando a forma regimental como ele está colocando a questão. A retirada da minoria do plenário é uma forma regimental, é um mecanismo, é um uso legítimo da maioria...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu reconheci isto.

O SR. LINEU TURRA — Mas não precisa Vossa Excelência interferir na minha Questão de Ordem, porque eu não interferi na sua.

Vossa Excelência é mal-educado, Deputado Erondy Silvério, e tem por costume chamar os outros de mal-educados.

Vossa Excelência me perdoe, mas está faltando é com a educação parlamentar, porque não interferi na Questão de Ordem de Vossa Excelência, e Vossa Excelência vem interferir na minha.

Portanto, o que eu ia dizer a Vossa Excelência, que a retirada da minoria é um mecanismo regimental; nós apenas fizemos isso, nada mais do que isso.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência solicita dos Srs. Deputados que tomem seus devidos lugares para proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

3 Srs. Deputados aprovam; 18 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação, mas sim para prosseguimento da sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, os Deputados que estão ali presentes, deveria constar os votos deles, porque, o Deputado Paulo Camargo também estava e não prevaleceu o seu voto.

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Diretor da SUCEPAR, em forma de apelo, no sentido de que sejam realizadas obras de contenção da erosão, na cidade de Altônia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentação-sugestão e fotocópia de requerimento de abaixo-assinado feito pelos moradores de Porto Mendes, encarecendo a indenização das áreas a não serem inundadas, bem como aos imóveis ali existentes. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (**Para discutir**). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso requerimento não é o único deste gênero já apresentado por este Parlamentar, e aprovado inclusive por esta Casa, em que solicitava, na ocasião, sugerindo a Costa Cavalcanti, Presidente da Binacional Itaipu, que tomasse providências no sentido de vir ao encontro, ao desejo da grande maioria dos moradores de Porto Mendes, inclusive um dos distritos mais antigos de Marechal Cândido Rondon, e por que não dizer, localidade mais antiga que a própria Rondon, porque já foi fundada inclusive pelos ingleses, em anos passados.

Naquela época ou logo em seguida da criação do Município de Mal. Cândido Rondon, estava projetado um terminal portuário, pois já era, uma vez, terminal portuário no tempo da colonização inglesa. Era a antiga Fazenda Britânia, forte presença inglesa e, o meio de comunicação àquela época, era o meio fluvial; a passagem, inclusive da Coluna Prestes, que destruiu parcialmente a localidade, também está registrada na História de Porto Mendes, e posteriormente, passou a ser colonizada aquela localidade, pela famosa Pinho Serra, com as características da legalidade, muito raras no Oeste e Sudoeste do Paraná.

Porto Mendes, portanto, com sua população pacata, ordeira, trabalhadora, sobreviveu a todas essas intempéries históricas, sobreviveu à passagem da Coluna Prestes, enfrenta hoje mais uma séria ameaça que é a represa da Itaipu-Binacional. Mais uma ameaça de interrupção no progresso de Porto Mendes. As águas da represa Binacional Itaipu, inundarão 446 chácaras, mais uma parte do próprio loteamento daquela vila.

Justamente a parte mais populosa, segundo o mapa da Itaipu, é a que está sendo atingida. Não haverá, portanto, para aquela gente, condições de sobrevivência na vila, que vive unicamente das atividades agrícola e comercial.

Ainda que houveram ou houve, um Parlamentar desta Casa, que os tivesse tranqüilizado, dizendo que Itaipu estaria tomando providências no sentido de construir o terminal portuário em Porto-Mendes, de inclusive implantar um terminal turístico e que, inclusive, as terras ali se valorizariam exatamente para essas iniciativas que Itaipu tomaria, a população não se conformou.

Não se conformou, é claro, com que poder de barganha poderão eles esperar o advento do turismo em Porto Mendes, uma vez que depende unicamente da agricultura e da atividade comercial.

Destruída esta, a atividade comercial não sobreviverá e a própria população ficará abandonada à sua própria sorte.

Mas, ainda que convenhamos, que seja no futuro Porto Mendes um terminal portuário, ou que seja Porto Mendes, com os esforços da Prefeitura Municipal de Mal. Cândido Rondon e também de Itaipu, um importante ponto turístico, talvez substituindo as Sete Quedas de Guaíra, que também estão ameaçadas por Itaipu, ainda que assim fosse, a população de Porto Mendes não teria condições de se manter ali até que esse advento venha.

E é por isso mesmo que estamos sugerindo, e que a população sugere, à própria Itaipu, este grande negócio, uma vez que foi dito por um Parlamentar, que o próprio ex-Governador Canet Júnior estaria interessado em comprar terrenos e lotes em Porto Mendes, porque lá estaria valorizado, em breve tempo.

Então, é mais uma razão para Itaipu-Binacional indenizar aquela população, pagando-lhe o preço atual dos lotes, porque ela terá, com isso, inclusive um bom negócio. A população de Porto Mendes, através de requerimento aprovado na Câmara de Vereadores, que aliás, tem recursos de aprovar re-requerimentos pedindo informações a Costa Cavalcanti, a nossa Casa de Poder, aqui da Assembléia Legislativa, não os têm, devido ao próprio estabelecimento regimental.

No entanto, é esse requerimento da Câmara de Vereadores de Cândido Rondon mais o abaixo-assinado da população, que pede, nada mais do que isso, que seja indenizada a vila toda, e que Itaipu ou quem queira, poderá beneficiar-se dos loteamentos e da futura valorização de Porto Mendes.

Esse é o teor dos documentos que estamos pedindo apoio nesta Casa, para que cheguem ao conhecimento do General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu-Binacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (**Tércio Albuquerque**) Continua em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Terras e Cartografia, em forma de pedido de informações, sobre área de terras em litígio, no Município de Assis Chateaubriand. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 51/80, e de Lei nº 108/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 128/80

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 112, 113 e 116/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 26, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 178/79, e de Resolução nºs 41, 42, 43, 44, 45 e 46/80.

Levanta-se a Sessão.